

Título

Identidade Nacional
Entre o discurso e a prática

Coordenação

Maria de Fátima Amante

Todos os Direitos Reservados

Fronteira do Caos Editores Lda. e CEPESSE

Capa

Comunicar Essência

Impressão e Acabamento

LinkPrint

Depósito Legal

337989/11

ISBN CEPESSE

978-989-8434-10-4

ISBN Fronteira do Caos

978-989-8070-82-1

1.ª Edição

PORTO – 2011

CEPESE

Rua do Campo Alegre, 1021/1055

4169-004 Porto

cepese@cepese.pt

www.cepese.pt

FRONTEIRA DO CAOS EDITORES LDA.

Apartado 52028

4202-801 Porto

Identidade Nacional Entre o discurso e a prática

Coordenação
Maria de Fátima Amante



ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA-----	7
Fernando de Sousa	
<i>OPENING NOTE</i> -----	9
Fernando de Sousa	
INTRODUÇÃO-----	11
Maria de Fátima Amante	
CULTURA, IDENTIDADE E DIVERSIDADE	
PORTUGAL, MEMÓRIA, PATRIMÓNIO E CIDADANIA-----	21
Guilherme d'Oliveira Martins	
A CIDADANIA ENTRE O COSMOPOLITISMO E O MULTICULTURALISMO-----	31
Adriano Moreira	
IDENTIDADE E PLURALISMO-----	37
Carlos Diogo Moreira	
IDENTIDADE, NAÇÃO E ESTADO	
ESTADO, TERRITÓRIO E NAÇÃO: DUALISMOS MÚLTIPLOS NAS REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE NACIONAL-----	49
David Justino	
IDENTIDADE, ESTADO E O PARADIGMA DA CENTRALIZAÇÃO-----	65
José Esteves Pereira	
A PROBLEMÁTICA DA FRONTEIRA, A MATÉRIA IDENTITÁRIA E OS OPERADORES DO LIMITE. DEMARCAÇÃO, ILIMITAÇÃO E CENTRALIDADE-----	77
Rui Cunha Martins	
LIMITES E ESPAÇOS DA IDENTIDADE NACIONAL	
A EUROPA EM PORTUGAL: UMA CARTOGRAFIA DAS DISTÂNCIAS-----	91
Rita Ribeiro	
EUROPA Y LA IDENTIDAD NACIONAL PORTUGUESA-----	103
Ángel Rivero	
DAS REALIDADES QUANTIFICÁVEIS ÀS PERCEPÇÕES. IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA EM PORTUGAL-----	123
Teresa Ferreira Rodrigues	

MITO E POÉTICA NA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

A ETNO-EPO-HISTÓRIA E OS MITOS FUNDACIONAIS DA NAÇÃO – “VIRIATO” DE TEÓFILO BRAGA----- 141

Maria da Conceição Meireles

IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA NO SÉCULO XX – REPRESENTAÇÕES ORIUNDAS DE PORTUGAL E DO BRASIL----- 165

José Manuel Sobral

AMORAS BRAVAS NO VERÃO: O PAÍS DE EUGENIO DE ANDRADE----- 187

Augusto Santos Silva

TIMOR. A ÚLTIMA NAÇÃO IMAGINADA DO SÉCULO XX----- 203

José Adelino Maltez

A REPRODUÇÃO QUOTIDIANA DOS MITOS NACIONAIS: O CASO DE NUNO ÁLVARES PEREIRA----- 219

Maria de Fátima Amante

RESUMOS/*ABSTRACTS*----- 237

BIOGRAFIA DOS AUTORES ----- 251

CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPESI

SÓCIOS FUNDADORES, SÓCIOS COLECTIVOS E PATRONOS DE HONRA

Rita Ribeiro
ICS – Universidade do Minho

1. Portugal e a Europa: circunstâncias históricas

Não é sujeito a contestação dizer-se que a Europa é o lugar *natural* de Portugal, mas é menos certo dizer-se que é o seu lugar *histórico*. Quando são analisados os discursos produzidos pelas elites culturais e dirigentes, bem como aqueles que podemos ouvir ao homem comum, pode perceber-se que as representações acerca da relação de Portugal com a Europa estão marcadas pela ambivalência e pela dissonância. E que relação é ou tem sido essa? Sob que configuração tem estado a Europa reflectida na forma como os portugueses pensam a sua identidade nacional? Que feições assume a identificação dos portugueses com a Europa, e com que Europa?

O historiador Borges de Macedo¹ publicou uma série de textos sobre os laços históricos do país ao seu continente sob o título, *Portugal -- Europa: para além da circunstância*. Para lá do valor intrínseco à obra, é muito curioso tal título, porque alerta para a fatalidade de a Europa ser sistematicamente vista como um cenário, o lado de fora, pouco mais que circunstancial, da experiência histórica portuguesa. Efectivamente, verifica-se que a auto-definição nacional é tendencialmente insular, marcada em concomitância pela noção de distanciamento relativamente à Europa e pela predisposição para ver Portugal para lá do território, como sede simbólica de um povo que, com tanto de heroísmo como de necessidade, se lançou a fazer muitos Portugais. Bem diz Eduardo Lourenço que “a nossa mais funda vocação (...) é a de estar no mundo como em casa”².

A duplicidade – que com frequência é, com mais rigor, dualidade – do modo de ser nacional parece tornar-se numa vertigem que acompanha a reflexividade nacional e as respectivas construções ideológicas da identidade nacional: entre a vocação imperial, essa missão descrita misticamente como espiritual, e o acantonamento na ideia de apêndice, um apêndice retardado mas aspirante da Europa. O distanciamento e a aproximação face à Europa surgem recorrentemente, quer sob a feição positiva

¹ MACEDO, 1988.

² LOURENÇO, 1994b: 23.

quer sob uma avaliação negativa. Do ponto de vista histórico, é impossível a omissão da matriz europeia do país: fundado por uma linhagem estrangeira europeia, conquistado e povoado por ordens religiosas, legitimado pela Santa Sé, aliado político e militar dos proto-Estados europeus, Portugal é da mesma massa política, religiosa e cultural dos seus vizinhos, um produto perfeito da Europa medieval. Depois de ter sido posto avançado da cristandade, Portugal torna-se, nos séculos XV e XVI, a antecipaçaõ da Europa moderna ao lançar-se na descoberta de novos mundos, franqueando as portas ao pensamento humanista, universalista e empirista.

A raiz do distanciamento em relaçaõ à Europa, encontramo-la no momento em que o país falha a entrada na modernidade. Entre os séculos XVII e XX, desencadeia-se um processo de fechamento que radica fundamentalmente na rejeiçaõ das novas ideias que a todos os títulos transformavam a Europa. Aprisionado o espírito livre no obscurantismo do Santo Ofício, com o tecido produtivo paralisado pela ostentaçaõ estéril de ouropéis, o país não arrancou nem para a industrializaçaõ, nem para a revoluçaõ burguesa liberal, nem para a afirmaçaõ do saber científico. Nesse processo de estancamento económico, político, social e cultural, agudiza-se a percepçaõ de desencontro e distância de Portugal em relaçaõ à Europa. Durante quatrocentos anos, o país definiu-se como europeu apenas por defeito. A Europa parece omissa ou ausente do imaginário nacional e, na mesma medida, não faz parte dos interesses estratégicos e prioritários do país. A configuraçaõ identitária nacional permanece auto-centrada e encerrada no círculo do império ultramarino. Acentua-se a condiçaõ periférica de Portugal, muitas vezes traduzida na ideia de decadência, como se o Portugal dos séculos XVIII, XIX e XX fosse apenas uma sombra do que havia sido na idade de ouro quinhentista. Não significa isto, todavia, que o país estivesse marginalizado nos domínios político, económico e cultural: mantinham-se as alianças, o intercâmbio comercial e a importaçaõ de modas e ideias. Portugal afastava-se menos por desvio intencional do que por retardamento.

É importante ter em mente o cenário histórico em que se moldou a auto-definiçaõ nacional, assim como é conveniente escutar as vozes que no passado mais recente se dedicaram ao exercício de pensar a identidade portuguesa, aquela ruminaçaõ obsessiva sobre nós a que Eduardo Lourenço³ chamou de hiperidentidade e Boaventura de Sousa Santos⁴ designou "excesso mítico de interpretaçaõ", ou seja, a inflaçãõ de exegeses sobre o que é a naçaõ portuguesa, a cultura portuguesa e o que é ser português. O que dizem entãõ as maiores vozes da elite cultural nacional sobre o país e o seu destino? E em que lugar do mapa nos colocam? Acoplados à Europa ou a vogar nos atlânticos do império?

³ LOURENÇO, 1994b: 10.

⁴ SANTOS, 1994b: 49.

2. Tematizações da identidade portuguesa

Uma revisãõ à produçaõ intelectual fundamental dos últimos cento e cinquenta anos permite concluir que as representações dominantes se orientam para dois pólos dispostos num *continuum*: um primeiro que aponta prioritariamente a vocaçãõ atlântica do país; um segundo que tem como fulcro a opçaõ europeia. Desde logo, ao designar-se um por vocaçãõ e outro por opçaõ se percebe que os argumentos e os fundamentos sãõ bem distintos em cada um dos extremos.

2.1. O passadismo lusocêntrico

Os autores que ao longo dos séculos viram Portugal como portador de uma missãõ marítima consideram que o império é o seu desígnio maior; contrastam a visãõ grandiosa do passado com a decadência do presente e antevêm no futuro a redençaõ, a restauraçãõ da idade de ouro da pátria. É neste quadrante da reflexividade nacional que encontramos as tematizações que convocam os excepcionalismos de Portugal, como o sebastianismo, o saudosismo, a insularizaçaõ, o luso-tropicalismo, e que foram conceptualizadas por Miguel Real⁵ como o "complexo vieirino", o do país que exorbita a sua importãncia e se pensa como naçaõ superior, eleita e protegida pelo divino. Associa-se a esta concepçaõ lusocêntrica e atlantista uma visãõ singularista do homem português e um entendimento excepcionalista e providencialista da história de Portugal. Para estes pensadores, é necessário combater as tentações de modernizaçaõ, desfiguradoras da índole do povo português e que o arrastam para a degeneraçãõ e a perdiçaõ. Nesta versãõ do ser português, o país define-se para além fronteiras como o espaço que foi tocado pela cultura portuguesa, isto é, define-se pela ideia de portugalidade, actualizada na de lusofonia. A esta opçaõ marítima extremada está ligada uma forte carga simbólica: o império nãõ é entendido primordialmente como um recurso, mas como sinal da maneira de ser do português: aventureiro, dialógico, admirado pelo Outro, sentindo-se em casa onde "no vasto mundo pôde criar a sua horta e o seu jardim", nas palavras de Eduardo Lourenço⁶.

⁵ REAL, 2007.

⁶ LOURENÇO, 1994b: 22.

Ouçamos algumas das vozes que viam com bons olhos o divórcio de Portugal com a Europa e que vão estar, directa ou indirectamente, associadas aos topos ideológicos do Estado Novo.

No início do século XX, Teixeira de Pascoaes⁷ almeja o renascimento espiritual, a rejeição do progresso e da influência estrangeira: “Nós queremos renascer e não apenas progredir”. Para Pascoaes, não fazia sentido desprezar a nação portuguesa porque nela se evidenciavam o declínio e o atraso. Bem pelo contrário, o direito de Portugal a um lugar de eleição não deriva do seu grau de modernização, da sua capacidade política, económica ou militar, mas da sua qualidade cultural superior, da sua capacidade de síntese das grandes heranças étnico-culturais europeias e da sua voz original traduzida no sentimento lírico da saudade.

Também para Agostinho da Silva, é quando Portugal se deixa tocar pela modernidade que avança na Europa, que põe em causa a sua “missão divina de unificação espiritual da humanidade”⁸. Tal como para Pascoaes, também para Agostinho da Silva a Europa, com os seus avanços económicos, científicos, políticos e secularizadores, constitui uma ameaça à ontologia portuguesa. Agostinho da Silva acredita que há-de cumprir-se Portugal: “Deus não pode abandonar o seu outro povo eleito (...) e, passando o domínio da Europa, quando a técnica tiver esgotado todas as suas possibilidades, quando a economia protestante se verificar plenamente anti-humana, quando a centralização estatal se revelar estéril, Portugal virá de novo construir o seu mundo de paz (...); paz que se realize antes de tudo nas almas (...); Reino de Deus que surja pela transformação interior do homem”⁹. É no império histórico que julga resistir ainda o espírito português autêntico, o das gentes da Primeira Dinastia, nesse *império que não tem lugar marcado nos mapas*, o Quinto Império, de que António Vieira foi o grande arquitecto.

Nos anos 1950-1960, o Movimento da Filosofia Portuguesa, animado por Álvaro Ribeiro, António Quadros, Pinharanda Gomes e Cunha Leão, entre outros, avança com uma proposta de revitalização do ser nacional capaz de travar as ameaças à autonomia da pátria e à missão superior que haveria de cumprir no mundo. Tratava-se de contrariar a descaracterização do pensamento português, resultado da importação e adopção de ideias estrangeiras corrosivas. Em *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Álvaro Ribeiro afirma mesmo que foi para nós uma vantagem a situação marginal em relação aos progressos da Europa por assim se ter preservado “uma qualidade de culta, mas original”¹⁰. A insularização espiritual e filosófica é, neste sentido, um imperativo patriótico.

Neste contexto, a Europa, como quadro de integração de nações díspares em muitos sentidos, ameaçava ser um factor de desfiguração cultural e de dominação pelos

⁷ REAL, 1998: 54.

⁸ REAL, 1998: 37.

⁹ SILVA, 1988: 15.

¹⁰ RIBEIRO, s/d: 14.

economicamente mais fortes. Mas o principal argumento para refutar a possibilidade e defensabilidade da integração europeia de Portugal era de outra ordem, em coerência com a leitura teleológica e ideologizada que o Movimento fazia do país. Nesta perspectiva, a Europa era insuficiente para Portugal, isto é, era uma anarra claustrofóbica para um povo que tinha casa em todos os continentes. Fundear Portugal na Europa era tolher-lhe uma das suas energias vitais, a transcontinentalidade. A Europa significava, assim, um revés na superior missão de Portugal que era a de garantir a permanência da cultura portuguesa, de matriz cristã, no mundo. Por todas estas razões, haveria que assegurar que o povo português se mantivesse fiel às suas constantes e valores, nomeadamente, segundo António Quadros¹¹, repudiando “as fórmulas educativas europeias”, revalorizando “os princípios e fins espirituais, da sabedoria, em oposição com a ciência”¹².

Também nas ciências sociais nos deparamos com a mesma cartografia insularizadora. Tomemos o exemplo de Jorge Dias, nome cimeiro da etnografia portuguesa de meados do século XX, cujo trabalho terá sido influenciado por Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro que formulou o conceito de luso-tropicalismo e, com ele, a tese de que o povo português, em função das suas capacidades de miscigenação, mobilidade e aclimatabilidade, desenvolveu uma “amorosa identificação com o meio tropical”¹³ que nenhum outro povo europeu conseguiu. Dessa predisposição singular para a hibridação derivou a “comunidade de sentimento e cultura” que são as sociedades luso-tropicais. Jorge Dias¹⁴, num misto de inspiração romântica, desvio ideológico e leitura superficial dos dados históricos e etnográficos, procede a generalizações acerca do carácter do país e do seu povo, em busca de um padrão cultural português. Neste sentido, expõe uma psicologia nacional que sistematiza em traços do carácter português: a plasticidade que permite a adaptação a todas as situações e a superação improvisada dos obstáculos, o ecumenismo e tolerância face a outros povos e culturas que culmina na miscigenação e numa colonização singular, a pulsão marítima e, ainda, o carácter idealista, emotivo e despojado do português. Também em Jorge Dias não se encontram referências à Europa senão para a associar aos efeitos nefastos do mundo moderno, de que a cultura portuguesa deveria ser resguardada.

2.2. A Europa modernizadora

A segunda versão da reflexão acerca da história e da identidade nacional designei-a atrás por opção europeia e é argumentada com base na necessidade de superar o

¹¹ QUADROS, s/d: 221.

¹² RIBEIRO, 2008.

¹³ FREYRE, 1961: 34.

¹⁴ DIAS, 1971; DIAS, 2004.

atraso político, económico, social e cultural de que padece o país em resultado de erros passados, e é, portanto, crítica de uma visão cândida de um passado idílico e heróico. Do mesmo modo, perspectiva o desenvolvimento do país numa aproximação aos padrões europeus e não em desvios imperiais ou colonialistas hipotecadores do futuro do país. Encontra-se nos autores que partilham este ponto de vista um intenso sentido crítico e irónico sobre o país, sem que isso exclua um forte apego à pátria, traduzido numa desesperada vontade em contribuir para que retome o caminho do progresso. Nesta perspectiva, o recentramento e realinhamento com a Europa é um imperativo patriótico: só haverá um verdadeiro Portugal se for um Portugal europeu e moderno. Nestes discursos, encontramos o que Miguel Real designa de “complexo pombalino”¹⁵: Portugal visto como país inferior, anacrónico, esgotado. Ao contrário dos providencialistas, para estes autores o desempenho do país dependeu e depende da vontade dos seus homens e da capacidade de gizar uma estratégia, mobilizar os concidadãos, combater os atavismos e valorizar os recursos. Por isso, crêem na mudança, na revolução, na capacidade de a nação portuguesa superar o seu atraso e imobilismo secular, abrindo o país à experiência dos países mais desenvolvidos. Em coerência, o império é tido como um devaneio ou apêndice da história, mas não como opção estratégica¹⁶.

Esta é uma argumentação que vem vertendo de geração em geração, desde o século XVIII. Nessa altura, estrangeirados como António Ribeiro Sanches (1699-1783) e Luís António Verney (1713-1792) denunciaram os vícios do país (a desvalorização do trabalho, os privilégios do clero e da aristocracia, a tendência para viver acima das possibilidades), o despotismo (e com ele a castração da liberdade cívica e religiosa) e o ensino minado pela vacuidade da escolástica. Procuraram introduzir em Portugal os ideais iluministas racionalistas e propuseram medidas educativas reformadoras que privilegiavam o estudo das ciências.

Mas foi no século XIX que se intensificou a ideia da decadência e atraso do país. Neste século, Portugal foi assumido como um problema, um objecto de reflexão. Em finais do século, a que ficou conhecida como Geração de 70 apresentava uma outra face do país, através de uma visão realista aliada a formas literárias inovadoras e atraentes: a ironia, a caricatura, o sarcasmo. Críticos implacáveis e devastadores do país e das suas figuras públicas, autores como Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida, por exemplo, multiplicaram nas suas páginas literárias o exame e a reprimenda aos costumes de um país que se “dava ares”, ocultando a miséria com os ademanos do bem-parecer. Eça disse-o em *Os Maias*: “Aqui importa-se tudo. Leis, ideias, filosofias, teorias, assuntos, estéticas, ciências, estilo, indústrias, modas, maneiras, pilhérias, tudo nos vem em caixotes pelo paquete. A civilização custa-nos

¹⁵ REAL, 2007:14.

¹⁶ RIBEIRO, 2008.

caríssima, com os direitos da Alfândega: e é em segunda mão, não foi feita para nós fica-nos curta nas mangas...”¹⁷. Mais do que a depreciação e o desdém, o que devle-se nestas frases é o desencanto de um patriota em sofrimento.

Também Antero de Quental deixou o seu legado. Na célebre “Conferência sobre as causas da decadência dos povos peninsulares”, de 1871, denuncia o divórcio de Portugal e Espanha com a Europa moderna e aponta três fenómenos na origem da sua decadência: o catolicismo, o absolutismo e as conquistas. O fanatismo religioso da Inquisição castrou o pensamento livre e impediu a chegada e o proveito das ideias que transformaram o continente europeu nos séculos XVIII e XIX; a centralização do Estado absolutista impediu o equilíbrio de poderes, travou a aprendizagem democrática e limitou a formação da classe burguesa; da política de conquista e exploração que se seguiu às Descobertas resultou o atrofiamento das forças económicas vitais e o país passou a viver à custa de recursos externos, descuidando a produção. Di Antero: “Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente para pagar a indústria dos outros, enriquecendo-os, instigando-os ao trabalho produtivo, e ficando nós cada vez mais pobres, com as mãos cheias de tesouros!”¹⁸. Sem empreendedores e sem classe trabalhadora, o país não foi capaz de arrancar com a industrialização que transformou a Europa. Conclui Antero de Quental: “Que é pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? Para entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta? É necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado. (...) Oponhamos ao catolicismo (...) a consciência livre (...) filosofia, a ciência, e a crença no progresso (...). Oponhamos à monarquia centralizada, uniforme e impotente, a federação republicana. (...) Finalmente, à inércia industrial, oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo”¹⁹.

Já no século XX, António Sérgio parece ser o herdeiro directo da Geração de 70 e dos estrangeirados. Não está de todo convencido que o passado glorioso e exorbitado por alguns dos seus contemporâneos, nomeadamente Teixeira de Pascoaes, sirva a país como garantia do que quer que seja. Bem pelo contrário. O diagnóstico que faz do país leva-o, inspirado em Ribeiro Sanches, a falar de Portugal como o Rein Cadaveroso da Estupidez, elegendo assim o maior dos inimigos do progresso nacional: a ignorância, a péssima educação do povo, a iliteracia cultivada por séculos de governação alheada, ineficiente ou intencionalmente obscurantista. A batalha de António Sérgio será pela universalização da educação cívica, pela democracia e pela modernização económica e cultural, únicas vias de superar o atraso e nos reaproximarmos do modelo civilizacional europeu.

¹⁷ QUEIROZ, 1946: 126.

¹⁸ QUENTAL, 2005: 74.

¹⁹ QUENTAL, 2005: 80.

Se António Sérgio foi inequivocamente um espírito europeu, o facto é que se manteve alheado do processo de construção europeia que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial. O silêncio que reservou para a unificação europeia é, aliás, consonante com o da maioria dos opositoristas a Salazar, isto é, não podemos dizer que o alheamento português em face dos acontecimentos que nas décadas de 1950 e 1960 renovaram a Europa fosse exclusivo dos homens do regime.

Em síntese, pode dizer-se que as reflexões sobre a identidade nacional se declinam esquematicamente segundo dois eixos interpretativos: 1. as tematizações passadistas e exotópicas, que assentam no providencialismo e na missão imperial e marítima, e onde se detecta com frequência uma argumentação especulativa e lírica; 2. as tematizações produzidas pelos críticos e modernizadores, de cariz mais realista e objectivo e que têm por base a estratégia europeia. É curioso verificar como ambas reverberam nos discursos comuns da actualidade, embora não necessariamente segundo esta disposição polarizada, mas, com frequência, expressas de forma justa-posta e sincrética.

3. Portugal europeu: a identidade equivocada

E hoje, mais de 30 anos depois da revolução e do fim do império, mais de 20 anos depois da adesão à Comunidade Europeia, como podemos descrever o lado europeu da identidade nacional?

O ano de 1986 consagrou a rotação em direcção ao campo europeu, e significou a normalização de Portugal como país moderno. Mas foi também o ano de edição da mais recente tematização simbólica de Portugal como ilha – *A Jangada de Pedra*, de José Saramago. Basta lembrar como nos primeiros anos após a adesão à Comunidade Económica Europeia se ouviam com frequência expressões como “agora já somos europeus” ou “agora estamos na Europa”. Isto diz-nos como os portugueses se imaginavam num limbo, num lugar simbólico destacado da condição europeia que a geografia impõe.

Tal distorção revela a relação de estranheza e ambiguidade mantida com a Europa. Ao mesmo tempo que reconhecíamos com altivez a nossa marginalidade, deslocada que foi a nossa centralidade para o ideal de império marítimo, rogámos o reconhecimento das outras nações europeias e aspirámos ao seu nível de *civilização*. A atlanticidade com que nos definimos – aliada à condição periférica – condicionou um *destino* extra-europeu muito marcado e que tendeu a ser avaliado em termos dicotómicos e exclusivistas.

A relação actual com a Europa é a que advém da integração na Comunidade Europeia. A esse passo os portugueses atribuem extrema importância, como pud concluir a partir de investigação recente, baseada na realização de grupos de discussão. A integração é vista como uma inevitabilidade que, a não ter-se realizado, no teria destinado a um irremediável atraso económico e social. A europeização de Portugal é sinónimo de desenvolvimento económico e de modernização, o que indicia uma ligação pragmática e mercantil com a Europa. O sentido que a Europa tem para os portugueses não é o do ideal federalista ou o da partilha cultural, mas sobretudo dos benefícios que de lá jorraram. O mesmo é dizer que os portugueses identificam Europa com a dimensão económica, o apoio financeiro e as questões pragmáticas não com valores intrínsecos à unificação europeia, como a paz, a democracia e pertença cultural. Como foi dito num dos grupos de discussão realizados: “A bandeira nacional faz-me lembrar sempre o Carlos Lopes ou a Rosa Mota, a da Europa faz-me lembrar sempre a economia”²⁰. Uma vez conquistado o lugar entre os mais ricos desenvolvidos, a pertença à Europa é tomada como um direito adquirido e uma circunstância a explorar – mas isso não quer dizer que os portugueses se definam o sequer desejem ser europeus, embora também não admitam não o ser.

Há fortes justificações históricas para o alheamento das dimensões idealistas culturais da construção europeia – desde logo, a experiência marginal de participação nas guerras europeias. Esse alheamento foi acentuado, ao longo do século XX, pela sucessivas vagas ideológicas de nacionalismo, colonialismo e atlanticismo. Dito de outro modo, parece que a Europa não nos dizia respeito e quando começou a dizer-nos alguma coisa, identificámo-la primeiramente com o estímulo ao desenvolvimento económico-social e à estabilização do regime político pós-revolução de 1974.

Um outro dado que pode recolher é o da quase ausência de capacidade para reflectir sobre questões europeias de um ponto de vista europeu, o que sinaliza que para os portugueses, como para outros povos europeus, a ideia de Europa continua ser filtrada pelos interesses nacionais. Ou seja, ainda que, vinte anos depois da adesão, a integração de Portugal na União Europeia seja para nós um dado efectivo, mesmo não pode dizer-se da incorporação da Europa nos quadros de pensamento de cidadão português. A Europa parece permanecer *do lado de fora de nós*, como um espelho em que ansiamos reconhecer-nos, mas que nos devolve também a imagem do atraso doméstico. O que ansiamos na Europa é vermo-nos reconhecidos como um país normal, no sentido que Edua do Lourenço lhe atribui: um país que ocupa realisticamente o seu lugar no cenário europeu²¹.

²⁰ Discurso recolhido nos grupos de discussão, realizados entre 2004 e 2006, em várias cidades portuguesas.

²¹ LOURENÇO, 1988; LOURENÇO, 1994a; LOURENÇO, 1994b.

Pode dizer-se que há entre os portugueses um europeísmo interessado, condicionado pelos interesses nacionais, como se o trajecto que desde há décadas fazemos em direcção à Europa fosse guiado por um mapa que apenas tem as coordenadas do *rectângulo*. É nesta perspectiva que a moeda única e a integração europeia são avaliadas pelos portugueses positivamente. De um ponto de vista racional, os portugueses compreendem a vantagem da integração europeia do país e a necessidade de participar plenamente no projecto europeu – e tendem a responder afirmativamente a cada novo passo da construção da União: moeda única, alargamento, Constituição europeia. Emocionalmente, continuam a sentir a pátria como um vínculo determinante e insubstituível.

Na verdade, os portugueses parecem gerir cuidadosamente o seu grau de implicação na experiência europeia – e essa gestão faz-se destilando os elementos segundo o critério do interesse nacional. Ou seja, o processo de construção europeia é, permanentemente, filtrado em função do sentido que tem para o país. Isso mesmo pode confirmar-se na forma como os portugueses se posicionam face à moeda europeia: o euro só tem significado *do ponto de vista português*, enquanto rito de passagem na re-negociação do lugar de Portugal na arena europeia e mundial e como acelerador da integração e do desenvolvimento do país. Aliás, pode dizer-se que, nos últimos cinquenta anos da história nacional, a conexão à Europa é toda ela atravessada pela equação entre benefícios e perdas e, em suma, pelas possibilidades oferecidas de afirmação e progresso. Daí a instrumentalidade com que se estabelece a ligação à Europa.

Atravessados por sentimentos e imagens duais relativamente à Europa, os portugueses praticam a astúcia selectiva: escolhem da Europa as parcelas que vão ao encontro do projecto nacional. Quero com isto dizer que a identificação dos portugueses com a Europa torna-se equívoca, marcada pelo desconhecimento e pela ambiguidade, porque a auto-definição como europeus pretende ser antes de mais uma reafirmação como portugueses. É na medida em que a Europa nos proporciona o conforto da modernização e legitimação que nos sentimos europeus. Desejamo-nos europeus para nos podermos avaliar como melhores portugueses²².

Em síntese, o mapa das distâncias de Portugal à Europa não pode ser unidimensional. Pensando apenas nos últimos cem anos, são perceptíveis movimentos de retraimento – durante o Estado Novo – e de aproximação – com a adesão à Comunidade Europeia²³. O que os portugueses incorporaram dessa relação histórica parece expressar-se hoje sob configurações ambivalentes: a integração europeia é vista como fundamental e inevitável, mas também sentida como uma ameaça à identidade portuguesa e à sua vocação atlântica; a adesão à moeda europeia é acompanhada de uma identificação primeiríssima com o espaço nacional e os seus símbolos, designadamente a

²² RIBEIRO, 2008.

²³ SILVA, 2005.

bandeira e o hino. Mas esta mesma ambivalência não é figura inédita da auto-definição nacional: também são ambivalentes e contraditórias as representações e os discursos sobre o próprio país, ora desclassificando-o e maldizendo-o, ora tecendo laos à pátria mesmo quando se presente o desencanto pelas suas condições reais: “é este misto de sermos portugueses e querermos ser e não ser”. O vínculo afectivo à nação só é comparável em dimensão ao distanciamento e frieza da ligação à Europa. Palavras de um estudante Erasmus: “embora exista a União Europeia, ninguém se considera europeu”. E quando questionados sobre sentirem-se europeus, a resposta nos grupos de discussão que conduzi teve sempre o mesmo conteúdo: “primeiro portugueses”²⁴.

A adopção de uma segunda pele com as cores europeias surge, assim, como uma estratégia simultaneamente instrumental, utilitária e estatutária, na medida em que a Europa se tornou na garantia de desenvolvimento e modernização do país, de reconhecimento internacional e, com isso, garantia também de manutenção da independência e das especificidades históricas e culturais. Tomando de empréstimo a terminologia de José Gil²⁵, pode dizer-se que estamos diante da não-inscrição da questão europeia em Portugal; ou seja, *estamos na Europa, mas a Europa não está em nós*, senão superficial e instrumentalmente. Diz Eduardo Lourenço que “Portugal quer estar dentro e fora dessa Europa que escolheu, que não podia não ter escolhido”²⁶, mas estamos “embarcados na nau-Europa sem nos termos jamais preocupado nem com a natureza nem com a finalidade da viagem”²⁷.

Bibliografia

DIAS, Jorge, 1971 – *Estudos do Carácter Nacional Português*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos de Antropologia Cultural.

DIAS, Jorge, 2004 – *O Essencial sobre Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

FREYRE, Gilberto, 1961 – *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

GIL, José, 2004 – *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'Água.

LOURENÇO, Eduardo, 1988 – *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

²⁴ Discursos recolhidos nos grupos de discussão.

²⁵ GIL, 2004.

²⁶ LOURENÇO, 1994b: 181.

²⁷ LOURENÇO, 1994a: 156.

A EUROPA EM PORTUGAL: UMA CARTOGRAFIA DAS DISTÂNCIAS

- LOURENÇO, Eduardo, 1994a – *A Europa Desencantada. Para uma Mitologia Europeia*. Lisboa: Edições Visão.
- LOURENÇO, Eduardo, 1994b – *Nós e a Europa ou as Di. as Razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1988 – *Portugal-Europa: Pa. a Além da Circunstância*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- QUADROS, António, s/d – *O que é o Ideal Português*. Lisboa: Edições Tempo.
- QUEIROZ, Eça de, 1946 – *Os Maias*. Porto: Lello & Irmãs Editores.
- QUENTAL, Antero, et al., 2005 – *Os Conferencistas do Casino*. Porto: Fronteira do Caos.
- REAL, Miguel, 1998 – *Portugal. Ser e Representação*. Lisboa: Difel.
- REAL, Miguel, 2007 – *A Morte de Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- RIBEIRO, Álvaro, s/d – *O Problema da Filosofia Portuguesa*. Lisboa: Inquérito.
- RIBEIRO, Rita, 2008 – *A Europa na Identidade Nacional* (Tese de Doutoramento em Sociologia). Braga: Universidade do Minho.
- SANTOS, Boaventura Sousa, 1994 – *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Agostinho da, 1988 – *Um Fernando Pessoa*. Lisboa: Guimarães Editores.
- SILVA, António Martins, 2005 – *Portugal e a Europa – Distanciamento e Reencontro*. Viseu: Palimage Editores.
- TEIXEIRA DE PASCOAES, 1988 – *A Saudade e o Saudosismo*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- TEIXEIRA DE PASCOAES, 1991 – *Arte de Ser Português*. Lisboa: Assírio & Alvim.